

6º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de abril de 2017 a 31 de julho de 2017



Data de entrega ao supervisor do Termo de Parceria: 16-08-2017

Data de entrega aos membros da Comissão de Avaliação: 18/10/2017

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS	4
2.1	DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	6
3	COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS Detalhamento da realização dos produtos	35
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
5.	DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO QUADRO 3 – COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO	37
6.	COMPROVANTES DE REGULARIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL	38
7.	DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSCIP	43
8.	DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR DO TERMO DE PARCERIA	44

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Parceria, no período do 01 de abril de 2017 a 31 de julho de 2017, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 47, §2º, I, III do Decreto nº 46.020/2012, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para todos os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Oscip.

Além das informações supracitadas, será apresentado demonstrativo das receitas e despesas executadas no período avaliatório, em nível sintético, bem como sua análise, inclusive no que tange à redução gradual da equipe, decorrente dos processos de desligamentos de pessoal, diante da necessidade de encerrar o instrumento vigente.



2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Valores de Referência		Peso (%)	Metas	Resultados
		Período 01/08/16 a 30/09/16	Período 01/10/16 a 31/12/16			
1	1.1	2.718	4277	9	5.000	6.041
	1.2	100%	94,74%	9	94%	95,04%
2	2.1	8868	9362	9	10.000	10.149
	2.2	2	3	9	4	4
3	3.1	9303	11608	9	10.400	10.077
	3.2	97,01%	94,72%	9	93%	94,74
4	4.1	823	1056	9	1.100	1.213
	4.2	3941	4570	9	5.000	4.638

5	Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade	5.1	Número de relatórios analíticos dos CPC's de base local	32	32	7	32	32
		5.2	Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	0	1	7	1	1
6	Gestão da entidade parceira	6.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	83,9%	91,9%	7	100%	97,53%
		6.2	Efetividade do Monitoramento do Termo de Parceria	0	0	7	100	

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos							
Indicador nº 1.1: Número de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos							
Meta do período avaliatório			Resultado do período avaliatório				
5.000			6.041				
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório							
<p>A meta foi alcançada. Para o período avaliatório em questão, foram contabilizados 6.041 atendimentos individuais e coletivos, sendo 1.663 atendimentos em Abril, 2.244 em Maio, 1.523 em Junho e 611 em Julho.</p> <p>A distribuição dos atendimentos por Centro de Prevenção neste período foi a seguinte:</p>							
MUNICÍPIO	CPC	Abril	Maio	Junho	Julho	TOTAL	
1	BETIM	Citrolândia	71	74	47	20	212
2	BETIM	Jardim Alterosas	42	48	33	15	138
3	BETIM	PTB	44	72	48	15	179
4	BETIM	Jardim Teresópolis	48	84	60	7	199
5	BELO HORIZONTE	Cabana	32	31	11	9	83
6	BELO HORIZONTE	Jardim Felicidade	55	59	37	7	158
7	BELO HORIZONTE	Jardim Leblon	31	50	19	5	105
8	BELO HORIZONTE	Minas Caixa	45	53	28	16	142
9	BELO HORIZONTE	Morro das Pedras	35	39	24	11	109
10	BELO HORIZONTE	PPL	59	80	64	19	222
11	BELO HORIZONTE	Primeiro de Maio	45	75	19	13	152
12	BELO HORIZONTE	Ribeiro de Abreu	46	62	36	14	150
13	BELO HORIZONTE	Santa Lúcia	78	87	73	42	280
14	BELO HORIZONTE	Serra	107	131	93	30	361
15	BELO HORIZONTE	Taquaril	74	89	80	50	293
16	BELO HORIZONTE	Vila Cemig	67	83	41	10	201
17	BELO HORIZONTE	Vila Pinho	77	115	84	43	319

18	CONTAGEM	Nova Contagem	27	56	33	19	135
19	CONTAGEM	Ressaca	29	57	31	32	149
20	GOV. VALADARES	Carapina	46	71	49	24	190
21	GOV. VALADARES	Turmalina	51	69	74	18	212
22	IPATINGA	Bethânia	23	39	20	8	90
23	MONTES CLAROS	Cidade Cristo Rei	24	22	24	8	78
24	MONTES CLAROS	Santos Reis	48	94	58	16	216
25	RIBEIRÃO DAS NEVES	Justinópolis	76	111	68	31	286
26	RIBEIRÃO DAS NEVES	Rosaneves	42	52	43	12	149
27	RIBEIRÃO DAS NEVES	Veneza	53	65	52	9	179
28	SANTA LUZIA	Via Colégio	39	65	41	30	175
29	SANTA LUZIA	Palmital	88	132	88	49	357
30	UBERLÂNDIA	Jardim Canãa	90	78	35	5	208
31	UBERLÂNDIA	Morumbi	47	59	82	17	205
32	VESPASIANO	Morro Alto	24	42	28	7	101
		TOTAL	1663	2244	1523	611	6041

O período avaliatório anterior foi composto por 3 meses, sendo que o período atual equivale a 4 meses. Em comparação ao período avaliatório anterior verificamos um aumento de 481 atendimentos.

Podemos elencar como fatores que possam ter contribuído para o aumento do número de atendimentos no período avaliatório atual o investimento realizado nas equipes para uma melhor organização do trabalho a partir da execução do Planejamento Anual focado em prioridades para cada CPC em 2017. Outro fator que teve relevância para o aumento do número de atendimentos foi uma maior inserção das equipes em discussões comunitárias locais e uma maior participação nos espaços já existentes em cada território. O fato das equipes estarem mais presentes nos espaços comunitários e a construção de outras possibilidades de intervenção com o público favoreceu um maior referenciamento da população às atividades que o PMC construiu e desenvolveu no período.

Destarte, o amadurecimento para a consolidação da execução do trabalho das equipes iniciado no dia 21/06/2016 (Termo de Parceria) direciona para a obtenção de resultados das intervenções propostas e realizadas a médio/longo prazo. Esse processo possibilitou uma variação crescente no número de atendimentos em todos os períodos avaliatórios. Isso ratifica a importância de uma política de continuidade, uma vez que o trabalho que o Programa Mediação de Conflitos se propõem a fazer se dá por uma relação de confiança, proximidade, construção e fortalecimento de vínculos com os moradores e comunidades da área de abrangência dos CPC's.

Cabe ressaltar que este período avaliatório faz parte de um aditivo ao Termo de Parceria vigente. Neste período observou-se algumas interferências a partir de orientações do próprio Termo Aditivo, como término do contrato com todos os estagiários no dia 31/05/2017 e redução do quadro de analistas no mês de junho. Esta medida acarretou também que a maioria dos CPC's contasse apenas com um analista para execução do trabalho no mês de julho. Nesse mesmo mês, as atividades que geraram os atendimentos e consequentemente correspondem aos indicadores aqui elencados, foram contabilizadas somente até o

dia 14/07/2017, reduzindo assim em metade os dias de trabalho das equipes possíveis de contabilização para o indicador.

Excetuando especificidades, como a redução do número de dias para oferecimento de atendimento ao público por conta dos feriados e ponto facultativo no mês de abril e redução das equipes a partir do mês de junho, é perceptível que nesse período avaliatório e especificamente no mês de maio, o programa atingiu o maior número de atendimentos na execução do Termo de Parceria.

A seguir, apresentamos as análises dos números de atendimento do programa nos Centros de Prevenção que experimentaram uma queda acentuada de atendimentos ou aumento expressivo durante algum dos meses deste período avaliatório e/ou comparados com o período avaliatório anterior.

A) CPC's que apresentaram queda acentuada do número de atendimentos:

1 - Jardim Leblon

Este CPC apresenta um histórico – pelo menos no último ano – de uma comunidade que responde às dinâmicas de violência de uma forma silenciosa e muitas vezes recuando na busca das instituições locais. Exemplo disso é quando a dinâmica criminal se intensifica as pessoas que possuíam agendamentos com o PMC não comparecem ao atendimento e/ou demoram a dar um retorno sobre o andamento do caso à instituição, situação que se aplica aos meses desse período avaliatório. Ao longo desse período tem-se trabalhado com a equipe um investimento de maior proximidade comunitária para ter maior sensibilidade com esses fenômenos sociais e construir estratégias mais eficazes.

Outro ponto que favoreceu a queda de atendimentos foi o fato de nos meses de maio, junho e julho a equipe contar apenas com duas analistas, sendo que uma delas é gestante e recorrentemente estava se ausentando para cuidados médicos, isso fez com que uma analista ficasse um grande período sozinha responsável pelas atividades do programa.

2- Minas Caixa

Este território demanda da equipe uma grande proximidade com as lideranças e referências comunitárias, além da participação em espaços e discussões comunitárias. No período sob análise percebeu-se a necessidade da equipe em realizar a maior parte de suas atividades internamente afastando-se dos espaços comunitários. Isso ocorreu por conta de constantes modificações na equipe que resultaram na necessidade de reorganização do trabalho interno e com a comunidade.

3 - Cidade Cristo Rei

Apesar do Centro de Prevenção em questão não ter um histórico de alto número de atendimentos comparando aos demais períodos avaliatórios, percebe-se que é realizada uma média boa de atendimentos quando comparamos o tamanho da área de abrangência com o número de moradores na região. Neste período avaliatório identificamos uma queda de 20%, considerando-se esta uma variação natural no contexto geral.

4 – Cabana

CPC vem apresentando uma certa regularidade quanto ao número de atendimentos, porém pelo histórico de anos anteriores percebemos ainda uma queda, pois a média que se tem feito é bem inferior à média histórica. Em comparação com o período avaliatório anterior verificamos uma queda de quase 50% no número de atendimentos. Aspectos específicos como o grande número de não comparecimento de pessoas aos atendimentos agendados em abril e aspectos gerais como a redução da equipe no final do mês de maio e junho contribuíram para essa queda acentuada.

A ausência de estagiários a partir de junho representou a redução de metade da equipe e conseqüentemente da força de trabalho a ser dispensada para a execução das atividades do programa.

B) CPC's que apresentaram aumento expressivo do número de atendimentos:

1 - Santa Lúcia

Este é o primeiro ano do PMC nesse território. Percebemos claramente o envolvimento da comunidade com o PMC crescer de forma gradativa, sendo que nos primeiros meses de implantação houve um número muito baixo de atendimentos. A partir da construção de relação de confiança da equipe com os moradores e referências comunitárias foi possível a aceitação do PMC como um local possível de se trabalhar os conflitos comunitários locais. Percebemos uma legitimidade da comunidade para com o PMC nas intervenções em situações de violência (com ênfase nas violências de gênero e crianças e adolescentes).

2 - Santos Reis

Este CPC vem crescendo de forma gradativa em número de atendimentos, pois a comunidade começou a referenciar mais o PMC a partir de indicações de outros atendidos, referências comunitárias e Gepar, o que gerou um grande número de casos novos. Este crescimento só não foi maior porque a ausência de estagiários e duas analistas estarem cumprindo aviso prévio no mês de junho e apenas uma analista em julho fez com que a equipe permanecesse mais dentro do CPC e se ausentaram de espaços comunitários, onde o PMC possui maior visibilidade.

3 - Primeiro de Maio

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no mês de maio onde a equipe justificou que a participação em espaços da rede social local e proteção contribuiu para o aumento do número de encaminhamento de casos para atendimento no programa. Foram abertos 29 casos novos no mês de maio, maior número em 2017.

4 - Taquaril

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no período avaliatório atual em comparação ao período anterior. Mesmo após a redução gradativa de profissionais a equipe manteve um grande volume de trabalho por conta do expressivo número de casos em aberto para acompanhamento e média de 19 casos novos abertos mensalmente no período avaliatório. Vale ressaltar o esforço da equipe para manutenção do trabalho de forma qualificada e as intervenções construídas a partir da execução de Projeto Temático e do acompanhamento dos casos coletivos que também geraram atendimentos no período avaliatório.

5 - Vila Pinho

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no período avaliatório atual em comparação ao período anterior. No mês de maio, a partir da sinalização da saída de duas integrantes da equipe, estagiárias, foi necessária uma melhor organização para acompanhamento do grande número de fichas em aberto que favoreceu o aumento do número de retornos de atendimento. Essa organização foi mantida, mesmo após a redução gradativa de profissionais, priorizando o acompanhamento dos casos em aberto na tentativa de construir respostas as demandas apresentadas junto ao público do programa. Vale ressaltar o esforço da equipe para manutenção do trabalho de forma qualificada e as intervenções contruídas a partir do acompanhamento dos casos coletivos que também geraram atendimentos no período avaliatório.

6 - Nova Contagem

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no mês de maio onde a equipe justificou que a aproximação com lideranças religiosas a partir da execução do Projeto Temático e maior divulgação do programa em áreas que pouco acessam o serviço contribuíram para a chegada de novos casos para atendimento. Foram abertos 27 casos novos no mês de maio, maior número em 2017.

7 - Ressaca

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no mês de maio onde a equipe justificou a ampliação do número de casos novos a partir da aproximação com referências comunitárias

que surtiu em encaminhamentos de pessoas para atendimento, bem como maior comparecimento dos atendidos aos atendimentos já agendados. Foram abertos 26 casos novos no mês de maio, maior número em 2017.

8 - Justinópolis

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no período avaliatório atual em comparação ao período anterior. Equipe vivenciou uma melhor organização do trabalho para dar retorno aos casos atendidos em aberto que gerou diversos retornos de atendimento com a manutenção do volume de trabalho mesmo após a redução gradativa de profissionais, na tentativa de construir respostas as demandas apresentadas junto ao público do programa.

9 - Rosaneves

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no período avaliatório atual em comparação ao período anterior. Equipe apontou que uma maior participação nas ações nos territórios contribuiu para o aumento de abertura de casos novos no período avaliatório. Foram abertos 41 casos novos no período, sendo 18 somente no mês de abril, maior número em 2017.

10 - Morumbi

Este CPC apresentou aumento expressivo do número de atendimentos no período avaliatório atual em comparação ao período anterior. A partir da reposição da vaga de uma analista em licença médica, execução de ações externas e divulgação do programa nos territórios tivemos um aumento no número de casos novos no período avaliatório.

Foram abertos 103 casos novos no período, sendo 55 somente no mês de junho, maior número em 2017.

Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados a sede administrativa da entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a SUPEC.



Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.2: Percentual de casos atendidos em mediação de conflitos que chegaram à solução pacífica

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
94%	95,04%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta foi atingida. O percentual previsto de meta para o período avaliatório é de 94% de casos encerrado com solução pacífica. No período avaliatório o percentual de solução pacífica de conflitos foi de 95,04 % conforme distribuição constante da tabela abaixo. Em abril, maio, junho e julho foram encerrados 121 casos em mediação, sendo que 115 alcançaram solução pacífica, o que corresponde a 95,04% dos casos.

Percentual de casos atendidos em mediação de conflitos que chegaram à solução pacífica

MUNICÍPIO	CPC	Abril		Maio		Junho		Julho		
		Encerrados em mediação	Solução Pacífica	Encerrados em mediação	Solução Pacífica	Encerrados em mediação	Solução Pacífica	Encerrados em mediação	Solução Pacífica	
1	BETIM	Citrolândia	3	3	4	4	1	1	3	3
2	BETIM	Jardim Alterosas	1	1	3	3	0	0	5	5
3	BETIM	PTB	0	0	4	4	4	4	2	2
4	BETIM	Jardim Teresópolis	4	4	7	7	4	4	2	2
5	BELO HORIZONTE	Cabana	2	2	0	0	0	0	0	0
6	BELO HORIZONTE	Jardim Felicidade	0	0	0	0	0	0	0	0
7	BELO HORIZONTE	Jardim Leblon	0	0	2	2	0	0	0	0
8	BELO HORIZONTE	Minas Caixa	0	0	1	1	0	0	0	0
9	BELO HORIZONTE	Morro das Pedras	1	1	2	2	5	5	0	0
10	BELO HORIZONTE	PPL	0	0	0	0	1	1	2	2
11	BELO HORIZONTE	Primeiro de Maio	1	1	3	3	3	3	3	3
12	BELO HORIZONTE	Ribeiro de Abreu	0	0	1	1	0	0	0	0
13	BELO HORIZONTE	Santa Lúcia	0	0	0	0	1	1	2	2
14	BELO HORIZONTE	Serra	0	0	2	2	2	1	0	0
15	BELO	Taquaril	3	2	5	5	2	2	2	2

	HORIZONTE									
16	BELO HORIZONTE	Vila Cemig	0	0	1	1	0	0	0	0
17	BELO HORIZONTE	Vila Pinho	1	1	2	2	2	2	2	2
18	CONTAGEM	Nova Contagem	0	0	1	1	0	0	1	1
19	CONTAGEM	Ressaca	0	0	0	0	1	1	2	2
20	GOV. VALADARES	Carapina	0	0	0	0	0	0	0	0
21	GOV. VALADARES	Turmalina	0	0	0	0	0	0	0	0
22	IPATINGA	Bethânia	0	0	0	0	0	0	0	0
23	MONTES CLAROS	Cidade Cristo Rei	0	0	0	0	0	0	0	0
24	MONTES CLAROS	Santos Reis	0	0	0	0	0	0	0	0
25	NEVES	Justinópolis	1	1	2	1	3	1	0	0
26	NEVES	Rosaneves	0	0	0	0	1	1	0	0
27	NEVES	Veneza	2	1	1	1	0	0	0	0
28	SANTA LUZIA	Via Colégio	1	1	0	0	0	0	0	0
29	SANTA LUZIA	Palmital	2	2	2	2	0	0	0	0
30	URBELANDIA	Jardim Canãa	0	0	0	0	0	0	0	0
31	URBELANDIA	Morumbi	0	0	0	0	0	0	0	0
32	VESPASIANO	Morro Alto	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL			22	20	43	42	30	27	26	26
TOTAL MENSAL % Solução Pacífica			90,90%	97,67%			90%	100%		

Os relatórios consolidados encaminhados à OSCIP compõem o acervo comprobatório deste relatório gerencial.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados a sede administrativa da entidade parceira pelas equipes técnicas do Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.1: Média de mensal de jovens atendidos no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
10.000	10.149

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta foi atingida. O indicador é constituído da média mensal de atendimentos, sendo que aplicada a fórmula, a média mensal obtida foi de 10.149 jovens participando das oficinas.

Este indicador visa mensurar a capacidade do programa Fica Vivo! de estimular a participação dos jovens em algumas de suas formas de atendimento: *atendimento individual, projetos de circulação e oficinas*. Para fins de comprovação do *indicador de número absoluto*, estão previstos os *Relatórios Consolidados mensais*, que são originados de Relatórios Quantitativos, listas de presença (Registro mensal de Participação dos Jovens em Oficinas) e Listas de atendimentos individuais.

Abaixo, apresentamos uma tabela com a quantificação dos atendimentos por mês, por CPC.

Município	CPC	Abril	Maio	Junho	Julho	Total
Betim	Citrolândia	364	334	340	316	1.354
Betim	J.Alterosas	206	218	219	171	814
Betim	PTB	387	394	344	323	1.448
Betim	J.Teresópolis	297	299	296	276	1.168
B.Horizonte	Cabana	458	442	428	443	1.771
B.Horizonte	J.Felicidade	432	417	423	432	1.704
B.Horizonte	J.Leblon	226	228	242	225	921
B.Horizonte	Minas Caixa	280	256	261	207	1.004
B.Horizonte	Morro das Pedras	536	561	541	509	2.147
B.Horizonte	PPL	253	263	253	255	1.024
B.Horizonte	Primeiro de Maio	231	256	253	263	1.003
B.Horizonte	Ribeiro de Abreu	410	392	408	413	1.623
B.Horizonte	Santa Lúcia	209	205	201	173	788
B.Horizonte	Serra	382	316	307	303	1.308
B.Horizonte	Taquaril	506	448	453	419	1.826
B.Horizonte	Vila Cemig	247	234	244	243	968
B.Horizonte	Vila Pinho	210	232	244	247	933
Contagem	Nova Contagem	473	494	472	461	1.900
Contagem	Ressaca	97	92	84	76	349
Gov.Valadares	Carapina	227	207	227	163	824

Gov.Valadares	Turmalina	390	397	387	356	1.530
Ipatinga	Bethânia	439	386	425	359	1.609
Montes Claros	Cidade Cristo Rei	211	237	227	217	892
Montes Claros	Santos Reis	444	463	449	441	1.797
Ribeirão das Neves	Justinópolis	246	227	228	210	911
Ribeirão das Neves	Rosaneves	362	371	370	321	1.424
Ribeirão das Neves	Veneza	337	323	324	319	1.303
Santa Luzia	Via Colégio	340	378	357	316	1.391
Santa Luzia	Palmital	448	444	416	371	1.679
Uberlândia	J.Canaã	131	115	115	109	470
Uberlândia	Morumbi	336	325	338	245	1.244
Vespasiano	Morro Alto	357	386	387	342	1.472
TOTAL		10.472	10.340	10.263	9.524	40.599

Considerando que o período avaliatório é de 4 meses, a meta prevista de 10.000 jovens participando das oficinas foi alcançada, com uma média mensal de 10.149, ultrapassando a média do período anterior, que foi de 10.004.

Em Março de 2017 o Programa Fica Vivo! atingiu o pico dos atendimentos com 10.486 jovens em 437 oficinas. Apesar de aumentado o número de oficinas, para 441 oficinas em Junho e Julho, o número de jovens não superou, nos meses subsequentes, aqueles números registrados em março de 2017. O período do Termo Aditivo veio acompanhado da diminuição gradual do número de jovens presentes nas oficinas, fruto do período de transição do Termo de Parceria, com diretrizes de recuo nas articulações locais e redução dos quadros das equipes técnicas.

Os relatórios consolidados compõem o acervo documental disponível para análise da comissão de avaliação do Termo de Parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à criminalidade – CPC, com assinatura do gestor responsável pelo CPC e equipe técnica do programa.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

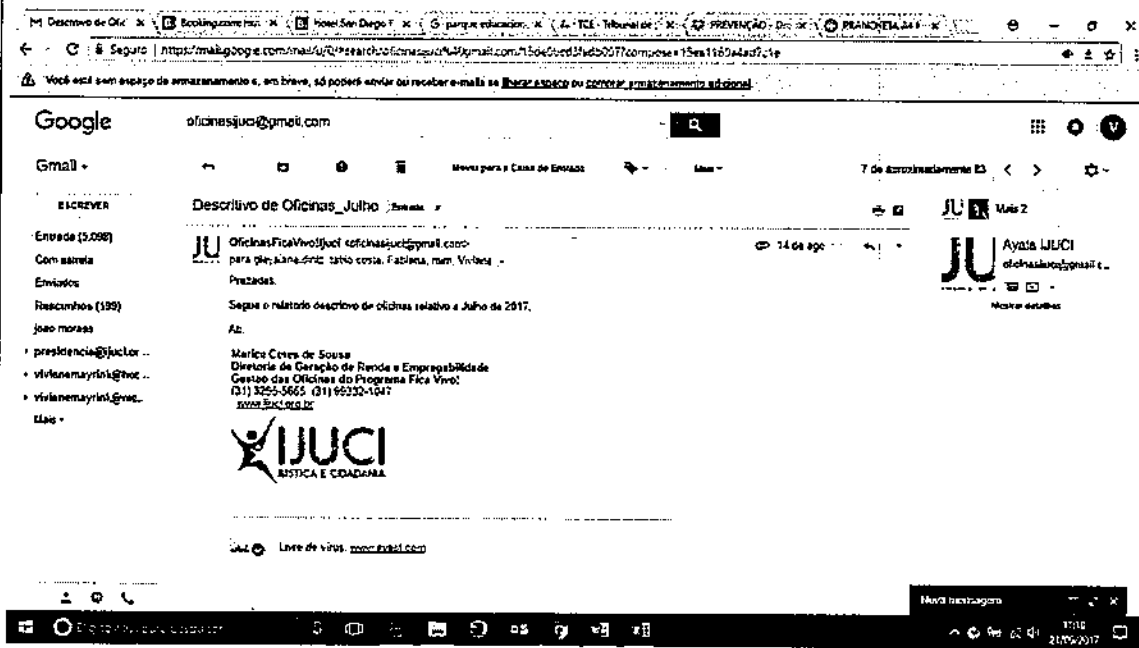
Indicador nº 2.2: Número de relatórios descritivos de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

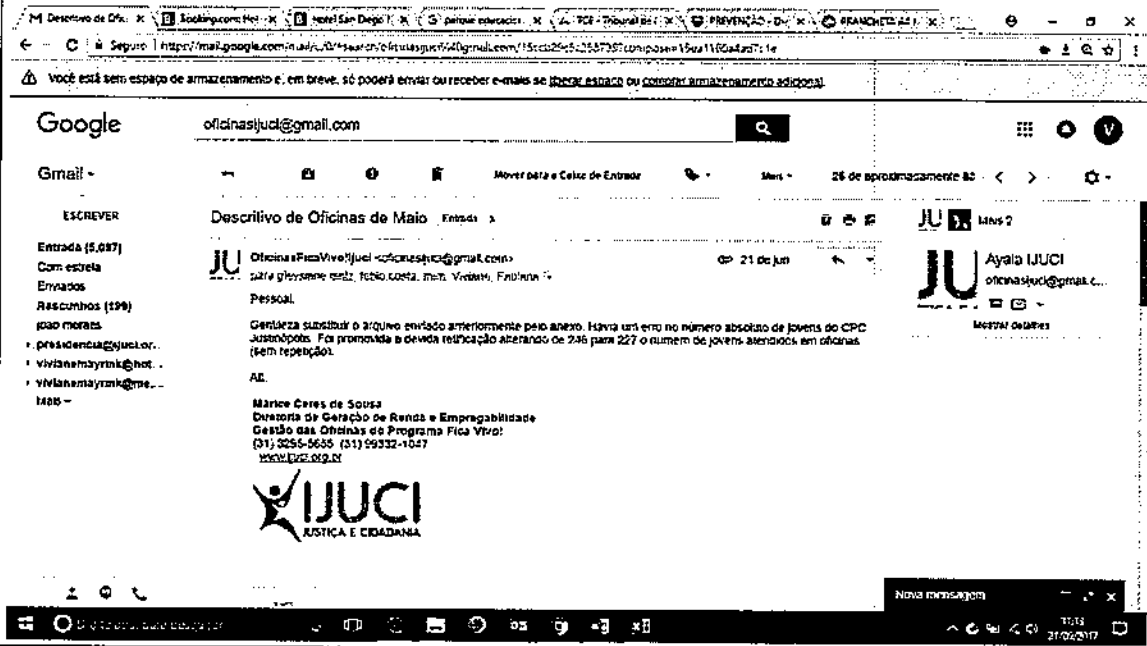
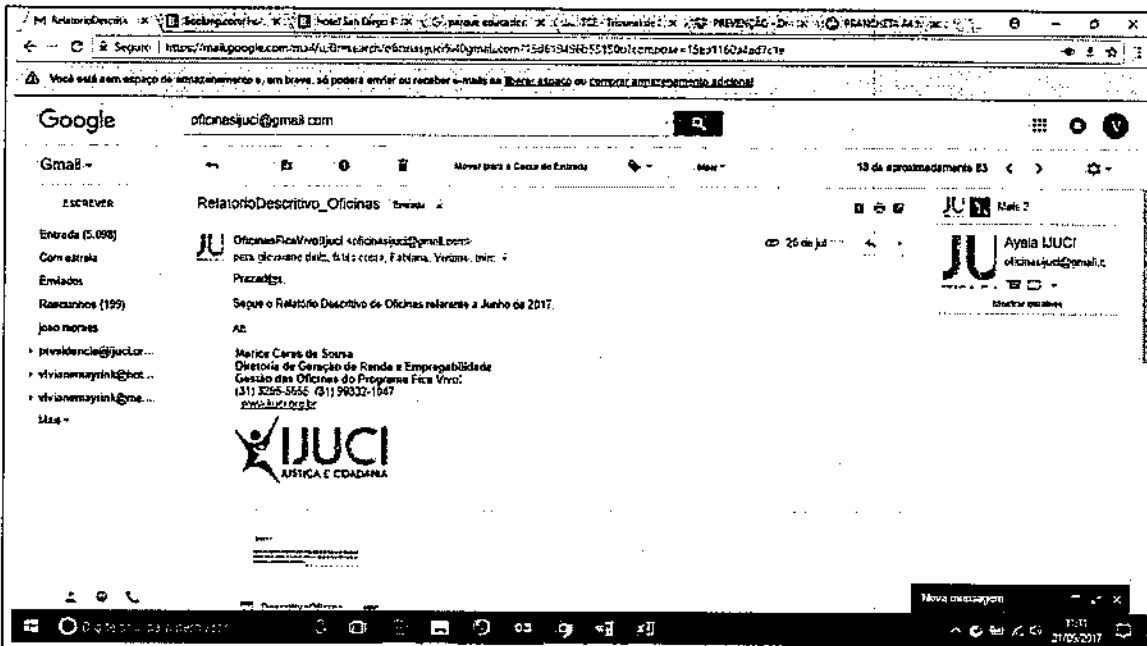
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
4	4
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

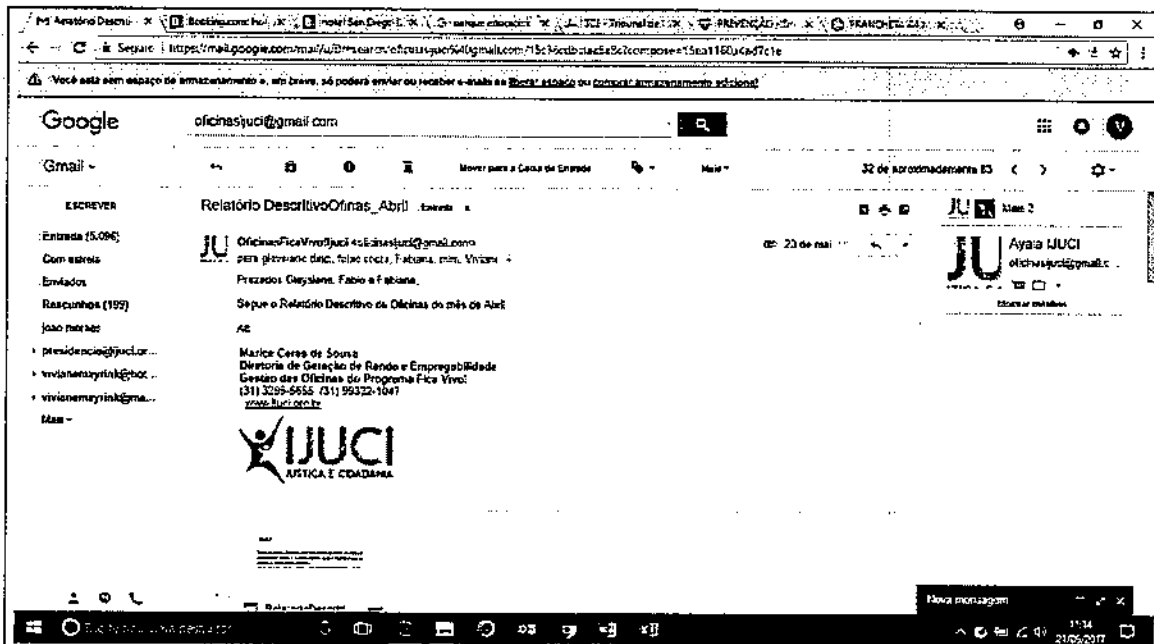
A meta proposta para o indicador foi alcançada.

As datas de encaminhamento de cada um dos relatórios foram as seguintes relativo a julho, encaminhado em 16 de agosto de 2017; relativo a junho encaminhado em 20 de julho de 2017, relativo a maio encaminhado em 21 de junho de 2017; e, por fim, o relativo a abril encaminhado em 23 de maio de 2017 (neste caso, o prazo venceu em 22 de maio, já que o dia 20 de maio foi sábado).

Seguem as telas dos e-mails com o encaminhamento:







O Relatório Descritivo de Gestão de Oficinas é um instrumento de sistematização de informações operacionais e se refere a toda operação relativa à implantação, remanejamento, suspensão, cancelamento e execução das oficinas nos territórios.

Apresentamos abaixo a síntese do acompanhamento segundo seus aspectos mais importantes.

	Número de oficinas implantadas	Número de Jovens em Oficina por CPC em Abril	Número de oficinas implantadas	Número de Jovens em Oficina por CPC em Maio	Número de oficinas implantadas Junho	Número de Jovens em Oficina por CPC em Junho	Número de Oficinas implantadas Julho	Número de Jovens em Oficina por CPC em Julho
CPC								
Betânia	17	439	14	386	17	425	17	359
Cabana	23	458	22	442	22	428	22	443
Carapina	8	227	8	207	8	227	7	163
Cidade Cristo Rei	11	211	11	237	11	227	11	217
Citrolândia	15	364	15	334	15	340	15	316
Jardim Alterosas	7	206	7	218	7	219	7	171
Jardim Canãa	4	131	4	115	4	115	4	109
Jardim Felicidade	15	432	15	417	15	423	15	432
Jardim Leblon	10	226	9	228	10	242	11	225
Jardim Teresópolis	16	297	16	299	16	296	16	276
Justinópolis	9	246	8	227	9	228	9	210
Minas Caixa	11	280	11	256	11	261	11	207
Morro Alto	10	357	11	386	11	387	11	342
Morro das Pedras	24	536	25	561	25	541	25	509
Morumbi	9	336	9	325	10	338	10	245
Nova Contagem	19	473	19	494	19	472	19	461
Palmital	19	448	19	444	19	416	19	371
PPL	13	253	13	263	13	253	13	255

Primeiro de Maio	11	231	11	256	11	253	11	263
PTB	14	387	14	394	13	344	13	323
Ressaca	6	97	6	92	6	84	6	76
Ribeiro de Abreu	19	410	19	392	19	408	19	413
Rosaneves	14	362	14	371	14	370	14	321
Santa Lúcia	9	209	9	205	9	201	9	173
Santos Reis	21	444	22	463	22	449	22	441
Serra	19	382	18	316	19	307	19	303
Taquaril	19	506	19	448	19	453	19	419
Turmaína	20	390	20	397	20	387	20	356
Veneza	15	337	15	323	15	324	15	319
Via Colégio	13	340	13	378	13	357	13	316
Vila Cemig	11	247	10	234	11	244	11	243
Vila Pinho	7	210	7	232	8	244	8	247
TOTAL:	438	10.472	433	10340	441	10.263	441	9.524

No período objeto deste relatório registramos os encerramentos de uma oficina de futsal mista no CPC Morumbi, da oficina de cultura/poesia marginal do CPC Ribeiro de Abreu, oficinas de musicalização e informática no Morro das Pedras, oficina de percussão e kickboxing no CPC Taquaril, oficina de basquete no PTB e oficina de capoeira no Carapina. Dificuldades encontradas no processo de mobilização dos jovens para participação nas oficinas, bem como questões pessoais dosicineiros ou então relacionadas ao perfil do oficineiro, justificam os encerramentos.

A gradual diminuição do número de jovens atendidos neste período foi enfrentada e acompanhada por implantações de novas oficinas, reformulações empreendidas pelas equipes, realização de intercâmbios para divulgação de oficinas e pela realização de diversos projetos locais.

Neste sentido, entendemos que os esforços dos próprios oficineiros em manter as atividades nas oficinas no período de transição e a condução cuidadosa da Diretoria do Programa bem como dos gestores sociais foram determinantes para que este novo momento de transição (julho de 2017) na execução do Termo de Parceria da Política de Prevenção à Criminalidade tivesse o menor impacto possível nas comunidades e territórios atendidos.

Chegamos ao final do mês de Julho com o panorama descrito na tabela abaixo, que contém as quantidades previstas, as quantidades atuais e o número de oficinas em atividade por CPC.

CPC	NÚMERO ANTERIOR	NÚMERO ATUAL	REPOSIÇÃO PENDENTE	SUSPENSAS	EM ATIVIDADE
1. Citrolândia	15	15	0	0	15
2. Jardim Alterosas	7	7	0	0	7
3. PTB	15	14	1	0	13
4. Jardim Teresópolis	17	16	0	0	16
5. Cabana	23	22	0	0	22
6. Jardim Felicidade	16	15	0	0	15
7. Jardim Leblon	11	11	0	0	11
8. Minas Caixa	11	11	0	0	11
9. Morro das Pedras	27	26	1		25
10. PPL	15	13	0	0	13
11. Primeiro de Maio	11	11	0	0	11
12. Ribeiro de Abreu	20	20	1	0	19
13. Santa Lúcia	10	9	0	0	9
14. Serra	20	19	0	0	19
15. Taquaril	21	20	1	0	19
16. Vila Cemig	11	11	0	0	11
17. Vila Pinho	8	8	0	0	8
18. Nova Contagem	21	19	0	0	19
19. Ressaca	8	6	0	0	6
20. Carapina	7	8	0	0	7
21. Turmalina	20	20	0	0	20
22. Betânia	17	17	0	0	17
23. Cidade Cristo Rei	12	12	1	0	11
24. Santos Reis	22	22	0	0	22
25. Justinópolis	10	9	0	0	9
26. Rosaneves	15	14	0	0	14
27. Veneza	15	15	0	0	15
28. Via Colégio	13	13	0	0	13
29. Palmital	20	19	0	0	19
30. Canãa	4	4	0	0	4
31. Morumbi	11	10	0	0	10
32. Morro Alto	12	12	1	0	11
TOTAL:	465	448	6	0	441

Os relatórios consolidados compõem o acervo documental disponível para análise da comissão de avaliação do Termo de Parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios elaborados e entregues à supervisão do Termo de Parceria por email.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas

Indicador nº 3.1: Penas monitoradas pelo Programa CEAPA (Penas Monitoradas + Novas Penas)

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
10.400	10.077

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta não foi integralmente cumprida neste período. O resultado obtido foi de 10.077 enquanto a meta estabelecida compreende 10.400 penas monitoradas pelo programa no período. Abaixo, apresentamos de forma mais detalhada a composição do resultado, considerando penas já monitoradas e novas penas e medidas alternativas do período.

CPC	PMA's ativas em 31/03 que migraram para o atual período avaliatório, conforme RGR 5º PA	Novas PMA's Abril	Novas PMA's Maio	Novas PMA's Junho	Novas PMA's Julho	Total de Penas Monitoradas pelo Programa no período avaliatório.
ARAGUARI	107	17	6	17	10	157
BELO HORIZONTE	3001	302	390	375	198	4266
BETIM	307	22	30	40	18	417
CONTAGEM	292	49	65	43	29	478
GOVERNADOR VALADARES	365	29	30	29	13	466
IPATINGA	743	33	115	30	30	1001
JUIZ DE FORA	721	44	46	33	25	869
MONTES CLAROS	163	13	22	28	22	248
RIBEIRÃO DAS NEVES	279	45	47	63	28	462
SANTA LUZIA	337	32	37	24	11	441
UBERABA	192	1	18	3	4	218
UBERLÂNDIA	460	65	101	96	47	769
VESPASIANO	220	19	24	15	7	285
TOTAL	7187	671	931	796	492	10077

Memória de cálculo: 7.187 (PMAs que migraram para o atual período avaliatório) + 671 (novas PMAs de Abril) + 931 (Novas PMAs de Maio) + 796 (novas PMAs de Junho) + 492 (novas PMAs de Julho) = 10.077 Penas Monitoradas pelo Programa no período avaliatório.

No período avaliatório em vigência houve um acréscimo de 400 penas monitoradas nas metas pactuadas, obtendo um total de 10.400 penas monitoradas a serem alcançadas.

Diferentemente do período anterior que compreendia um trimestre, o período em vigência conta com 04 meses de execução. Porém mesmo com a periodicidade de quadrimestre, a força de trabalho da equipe estava reduzida, diante dos desligamentos que ocorreram em junho, considerando o encerramento do termo de parceria em 31 de julho. Assim, a equipe da CEAPA no mês de julho contou, de forma geral, com cerca de 50% de seu capital humano na realização do trabalho.

Além da redução do quadro de profissionais, alguns procedimentos de atenção ao público tiveram que ser priorizados para que a equipe pudesse intervir nas demandas de acolhimento, encaminhamento, orientações e procedimentos necessários à execução das atividades no período.

É importante salientar que os dados referentes ao mês de julho foram contabilizados somente até o dia 14 de julho de 2017, para que pudessem ser encaminhados à Sede da OSCIP em tempo hábil à construção dos relatórios, o que também compromete o não alcance da meta estabelecida, haja vista o prazo de cumprimento de aviso prévio e o desligamento das equipes técnicas.

Em comparação ao período anterior houve uma elevação nos números de alternativas penais monitoradas pelo Programa, mesmo não se atingindo a meta estabelecida. Tal contexto é resultado do aumento do número de novas penas encaminhadas pelo Poder Judiciário neste período nos municípios de Araguari, Belo Horizonte, Betim, Governador Valadares, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Vespasiano, conforme comparação com o período anterior.

Cabe complementar, que a equipe da CEAPA segue com a qualificação nos processos de monitoramento e acompanhamento dos casos, favorecendo o desenvolvimento das medidas dentro do período proposto. Deste modo, o número de penas monitoradas migradas do período anterior sofreu poucas alterações, indo de 6.969 no 5º período avaliatório para 7.187 no período vigente.

Os relatórios consolidados em que constam as informações compõem o acervo probatório deste relatório e se encontram à disposição da comissão de avaliação do termo de parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a SUPEC.



Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas

Indicador nº 3.2: Percentual de cumprimento integral das penas e medidas alternativas acompanhadas pelo Programa CEAPA

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
93%	94,79%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta foi atingida. Este indicador deriva da razão obtida entre o total de penas e medidas monitoradas no período avaliatório em relação ao número de penas descumpridas no mesmo período. O resultado alcançado foi de 94,79%, tendo sido superada a meta constante para o indicador que é de 93%.

Abaixo, apresentamos informações que nos permitem melhor visualizar os resultados, por CPC.

CPC	Total de penas monitoradas no período avaliatório.	Total de penas descumpridas em Abril.	Total de penas descumpridas em Maio.	Total de penas descumpridas em Junho.	Total de penas descumpridas em Julho.	Total de penas descumpridas no período avaliatório.
ARAGUARI	157	2	1	6	0	9
BELO HORIZONTE	4266	62	43	44	26	175
BETIM	417	2	5	7	8	22
CONTAGEM	478	7	25	14	0	46
GOVERNADOR VALADARES	466	8	13	1	2	24
IPATINGA	1001	10	5	1	4	20
JUIZ DE FORA	869	20	7	0	4	31
MONTES CLAROS	248	1	5	1	5	12
RIBEIRÃO DAS NEVES	462	2	3	10	0	15
SANTA LUZIA	441	0	1	5	2	8
UBERABA	218	10	10	0	0	20
UBERLÂNDIA	769	26	48	37	28	139
VESPASIANO	285	3	8	7	2	20
TOTAL	10077	143	174	133	75	525

Somadas as penas descumpridas (525) e considerado o total de penas monitoradas (10.077), podemos apontar o percentual de cumprimento de 94,79%.

Os números de descumprimento foram informados nos relatórios quantitativos, conforme acompanhamento efetuado até 14 de julho de 2017.

Os relatórios consolidados fornecidos pelos gestores compõem o acervo comprobatório deste documento e estão à disposição para análise da comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade - UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a SUPEC.



Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 4.1: Número de egressos inscritos no Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.100	1.213

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta foi cumprida. Com base nos relatórios recebidos, a instituição calculou o indicador, que se perfaz em um número absoluto. A meta para o resultado é de 1100 inscrições, tendo sido alcançado o montante de 1213 egressos inscritos. Na tabela abaixo, segue o detalhamento de novos egressos inscritos em cada um dos CPC's e nos meses que compõem o 6º período avaliatório.

CPC	Abril	Maió	Junho	Julho	Total
BETIM	32	22	22	12	88
BELO HORIZONTE	79	96	46	12	203
CONTAGEM	53	53	21	7	134
GOVERNADOR VALADARES	25	32	36	28	121
IPATINGA	28	32	14	8	82
JUIZ DE FORA	26	50	38	19	133
MONTES CLAROS	15	19	15	9	58
RIBEIRÃO DAS NEVES	36	31	21	9	97
SANTA LUZIA	24	18	22	11	75
UBERABA	28	64	26	5	123
UBERLÂNDIA	20	39	22	18	99
TOTAL	366	456	253	138	1213

Não obstante o cumprimento da meta em totais acima dos exigidos, os meses de junho e julho apresentaram uma queda no número de inscritos. Em junho tivemos a saída dos(as) estagiários(as) do Programa e em julho as equipes foram diminuídas em razão das circunstâncias do termo aditivo assinado com o Estado que previa somente a continuidade de 25% de funcionários.

O número de inscritos no PrEsp, historicamente, apresenta uma oscilação, pois está vinculado à realização de audiências de admonitórias nas Varas de Execução Penal. Após a realização destas audiências os egressos são encaminhados aos CPC's para inscrição. Esta inscrição é obrigatória no Programa. O número baixo de julho, se justifica pelo fato do relatório ter sido fechado no dia 14, tendo em vista a necessidade de compensação de horas extras e o término de cumprimento de aviso prévio no dia 24 de grande parte da equipe de analistas sociais.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a SUPEC.




Área Temática: Programa Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 4.2: Número de atendimentos realizados pelo Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
5.000	4.638

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta não foi cumprida, já que dos 5.000 atendimentos previstos para cumprimento do indicador foram efetuados 4.638 atendimentos. Abaixo, apresentamos de forma pormenorizada os números de atendimento por CPC:

CPC	Abril	Maió	Junho	Julho	Total
BETIM	75	68	65	35	243
BELO HORIZONTE	129	209	86	34	458
CONTAGEM	70	80	30	17	197
GOVERNADOR VALADARES	79	103	115	52	349
IPATINGA	143	162	107	38	450
JUIZ DE FORA	102	207	159	49	517
MONTES CLAROS	156	182	141	56	535
RIBEIRÃO DAS NEVES	245	232	222	112	811
SANTA LUZIA	95	102	103	56	356
UBERABA	134	135	92	21	382
UBERLÂNDIA	101	152	53	34	340
TOTAL	1329	1632	1173	504	4638

Não obstante a reduzida diferença entre a meta proposta e o número alcançado, é necessário ponderar que no mês de junho as equipes não puderam mais contar com a presença de estagiários nos Centros de Prevenção, e estes são de suma importância para dar suporte aos atendimentos. Outros fatores importantes que justificam o não cumprimento da meta foram:

- o fato de no mês de julho boa parte dos analistas ter sido desligada em função da redução das atividades que impuseram o desligamento gradual da equipe e conseqüente redução de atendimento;
- a equipe que não foi dispensada trabalhou o mês de julho em regime de aviso prévio e por isso realizando carga horária reduzida;
- os dados de atendimento foram contabilizados somente até o dia 14 do mês de julho, considerando a necessidade de compensação de horas extras e o término de cumprimento de aviso prévio no dia 24 de grande parte da equipe de analistas sociais.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios consolidados encaminhados à entidade parceira pelas equipes técnicas das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade – UPSC, com assinatura do gestor responsável pela Unidade e equipe técnica do programa e posterior encaminhamento para a SUPEC.

Área Temática: Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade.

Indicador nº 5.1: Número de relatórios analíticos dos CPC's de base local

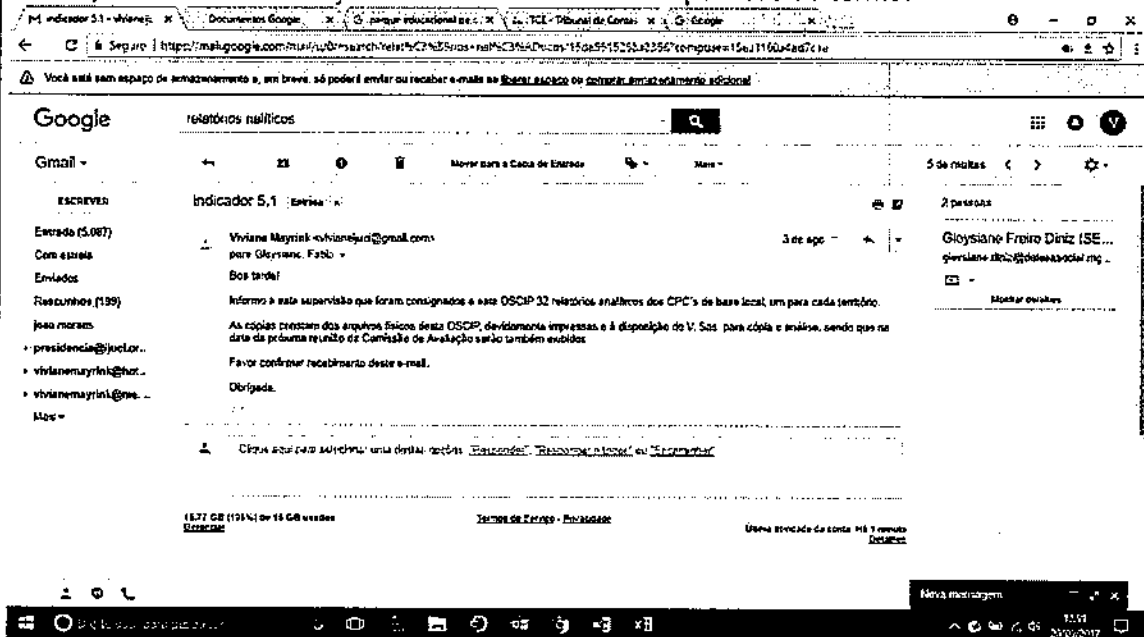
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
32	32

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta de 32 relatórios foi alcançada para período.

Todos os relatórios foram encaminhados por e-mail até o dia 31 de julho de 2017, em datas variadas, e se encontram impressos e arquivados, à disposição da comissão de avaliação, que poderá analisar um a um, no ato do recebimento deste relatório.

Abaixo, a tela de comunicação de encaminhamento à supervisão do termo:



Em tais relatórios, os gestores sociais de base local se ocupam com a descrição dos fatos mais relevantes ocorridos nos territórios, além de mencionar as principais vulnerabilidades da localidade, dando especial destaque a acontecimentos que possam afetar positiva ou negativamente a prevenção à criminalidade.

É também nesses relatórios que os gestores sociais sugerem ações que possam influir para o tratamento de conflitos e controle de homicídios. São relatados eventos promovidos para a divulgação dos programas, ações de aproximação com a rede parceira, entre outros aspectos. São identificados pontos do território em que haja maior necessidade de aproximação e temáticas que possam ser objeto de reflexão e abordagem a serem provocadas pelas equipes.

Em termos de planejamentos para o futuro, tendo em vista os impactos trazidos pelo encerramento do

termo aditivo, os gestores sociais, de forma geral, se limitaram à descrição de fatos relevantes na dinâmica criminal, que deixamos de transcrever por questões de necessário sigilo do trato com os aspectos criminais que envolvem a gestão social de base local.

Todos os relatórios, em cópias, compõem o acervo probatório deste relatório e estão à disposição da comissão de avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail para a SUPEC com lista de relatórios elaborados no período avaliatório.



Área Temática: Ações transversais realizadas no âmbito da política de prevenção social à criminalidade

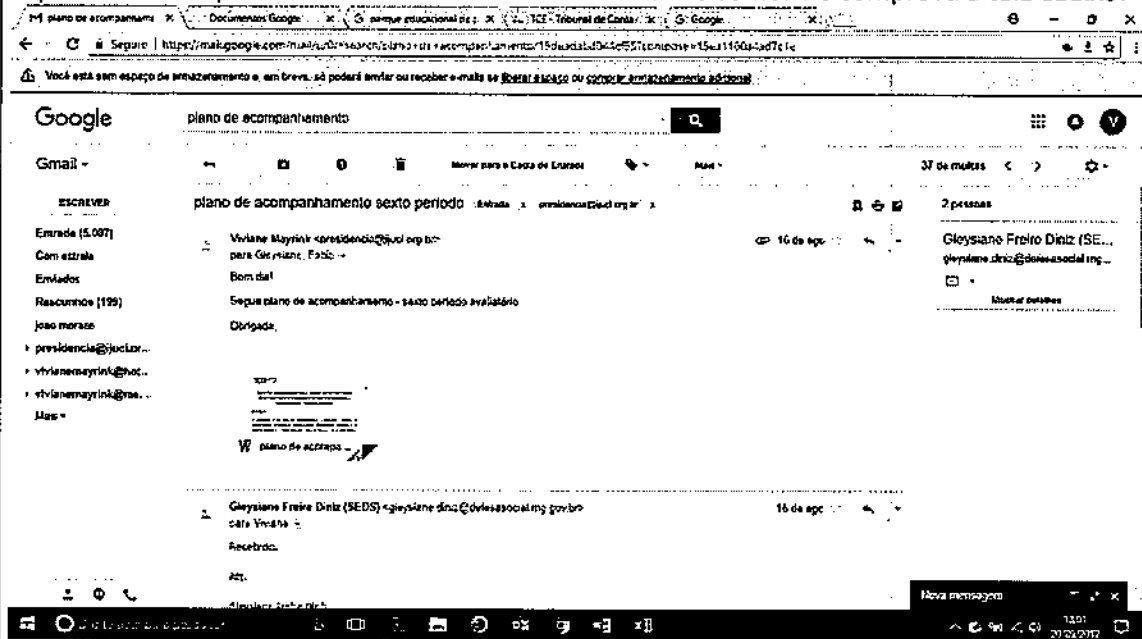
Indicador nº 5.2: Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada de Desenvolvimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1	1

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A meta foi cumprida. Foi devidamente apresentado o plano de acompanhamento e avaliação continuada de desenvolvimento da política de prevenção social à criminalidade. A data de encaminhamento foi 16 de agosto de 2017, uma vez que em 15 de agosto de 2017 houve um recesso (feriado municipal).

O plano de acompanhamento foi encaminhado na data de conforme comprova a tela abaixo:



No documento, por se tratar do último período avaliatório do Termo de Parceria n. 35 de 2016, foram apostadas observações de ordem metodológica e análises quantitativas dos resultados, acerca do período compreendido entre abril de 2016 e julho de 2017, em que esta OSCIP assumiu a execução do Termo de Parceria, com as políticas públicas paralisadas em virtude do interregno entre o encerramento das atividades e o início do Termo de Parceria n.35 de 2016.

O documento em sua inteireza se encontra à disposição desta comissão de avaliação e é encaminhado por e-mail, juntamente com este relatório.

Fonte de comprovação do indicador

Plano encaminhado ao OEP

Área Temática: Gestão da entidade parceira

Indicador nº 6.1: Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	97,53%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O procedimento de Checagem Amostral do 6º período avaliatório ocorreu nas datas de 30/08/17 e 05/09/17, sendo gerado seu respectivo relatório. Dentro da metodologia de checagem amostral, do universo de 403 (quatrocentos e três) processos informados pela OSCIP, foram verificados 81 (oitenta e um) processos da amostra, sendo destes, 46 (quarenta e seis) referentes à contratação de serviços e 35 (trinta e cinco) de contratação de pessoal. Nesse período avaliatório não houve processos de compras e de viagens a trabalho.

Dos 81 (oitenta e um) processos analisados, 67 (sessenta e sete) foram considerados inconformes ou inconsistentes. Cabe ressaltar que o principal motivo que elevou este número foi a não juntada de documentos nas pastas funcionais dos colaboradores referente ao último mês, tais como os últimos contracheques, cópia de carteira de trabalho, dentre outros.

A Checagem de Efetividade foi realizada posteriormente no dia 27/09/17. Dos 67 processos anteriormente inconsistentes, 66 foram sanados por meio da juntada de documentos, justificativas ou devolução de recursos financeiros à conta do Termo de Parceria. O processo considerado irregular consiste na manutenção de website do IUUCI, tendo em vista que não foi visualizado rateio desta despesa considerando o aumento recente das divulgações de outros projetos, de editais, de informativos de programas que não pertencem à Política de Prevenção à Criminalidade e que seria objeto de divisão de despesas com a entidade.

Portanto, um processo não foi considerado regularizado, o que concluiu pelo percentual de 97,53% de conformidade, obtendo a nota 8 (oito) para este indicador.

Fonte de comprovação do indicador

Relatório de Checagem Amostral e Relatório de Efetividade elaborados pela Comissão Supervisora do Termo de Parceria em conjunto com os seus assessores.



Área Temática: Gestão da entidade parceira

Indicador nº 6.2: Efetividade do monitoramento do Termo de Parceria

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Foi incluído no I Termo Aditivo ao Termo de Parceria nº 035/2017 indicador de efetividade do monitoramento das ações do referido instrumento, com o objetivo de verificar o cumprimento de atribuições do OEP e da OSCIP na condução das atividades durante a vigência do TP. Entre elas:

Ação 1: Publicar, na Imprensa Oficial, ato do Dirigente Máximo do OEP instituindo a Comissão de Avaliação – CA.

Prazo: Até 30 dias após a assinatura do TP ou sempre que houver alteração de algum membro.

Responsável: OEP

Fonte de comprovação: Página da Publicação.

Situação: NÃO CUMPRIDA

Justificativa: A especialista da área do objeto do Termo de Parceria, Sra. Valéria Cristina Oliveira, informou que não mais poderia fazer parte da Comissão de Avaliação. Logo após, este OEP fez o convite a três especialistas que não puderam aceitar o convite por motivos pessoais, e atualmente, o OEP aguarda o retorno dos convites realizados.

Ação 2: Manter atualizada a Comissão Supervisora do Termo de Parceria.

Prazo: Até 5 dias úteis antes da reunião da Comissão de Avaliação, sempre que houver alteração de algum membro.

Responsável: OEP

Fonte de comprovação: Termo de Parceria/Termo(s) de Apostila

Situação: CUMPRIDA

Justificativa: Não houve alteração na Comissão Supervisora do Termo de Parceria.

Ação 3: Manter atualizada a indicação de um servidor da unidade administrativa de Assessoria Jurídica (ou equivalente) e outro de Contabilidade e Finanças (ou equivalente) para assessoramento da Comissão Supervisora.

Prazo: Sempre que houver alteração de algum dos auxiliares.

Responsável: OEP

Fonte de comprovação: Página da Publicação.

Situação: NÃO CUMPRIDA

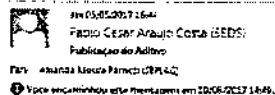
Justificativa: O OEP informa que o assessor da área de contabilidade e finanças, Sr. Anderson Antônio Duarte, passou a exercer as suas funções na Secretaria de Estado de Administração Prisional, com a reforma administrativa instituída pela Lei nº 22.257/2016. Após este fato, foi sugerida a substituição pela servidora Sra. Maria Célia Xavier, MASP 1.352.555-5, que inclusive participou da Checagem Amostral. Entretanto, considerando a rescisão de todos os contratos administrativos da SESP, referida servidora atualmente se encontra desligada da SESP. A Superintendência de Logística, Orçamento e Finanças indicará nos próximos dias outro servidor a ser designado para a função.

Ação 4: Disponibilizar o Termo de Parceria (e respectivos Termos Aditivos) devidamente assinado nos sítios eletrônicos do OEP e da OSCIP.

Prazo: Até 15 dias após a assinatura do TP ou TA.

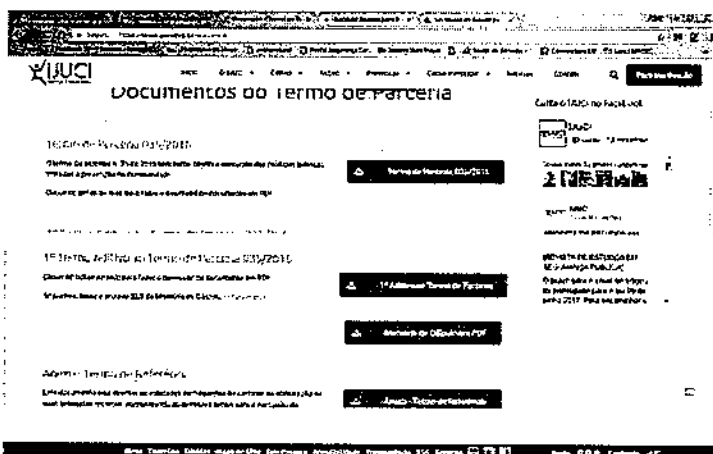
Responsável: OEP e OSCIP

Fonte de comprovação: E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônicos.



Prezada,

Encaminho o print das telas do site da SESP e do IJUICI atestando a publicação do I Termo Aditivo ao Termo de parceria nº 35/2016:



Situação: CUMPRIDA

Justificativa: O I Termo Aditivo do Termo de Parceria nº 35/2016 SESP-IJUICI foi assinado no dia 18 de abril de 2017 e o e-mail encaminhado para o NCPO, comprovando a publicação nos sites, na data de 5 de maio de 2017.

Ação 5: Disponibilizar, no sítio eletrônico da OSCIP, o certificado de qualificação como OSCIP Estadual e os documentos exigidos pelo Art. 61 do Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação.

Prazo: Até 15 dias após a assinatura do TP ou TA.

Responsável: OSCIP

Fonte de comprovação: E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas do sítio eletrônico.

Situação: NÃO CUMPRIDA

Justificativa: Embora todos os documentos tenham sido publicados antes do dia 5 de maio de 2017, a fonte de comprovação, conforme determinada, não existe nos arquivos institucionais.

Ação 7: Encaminhar ao supervisor do TP, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.

Prazo: RGF: Até 10 dias após o final do período avaliatório.

10

RGR: Até 15 dias após o final do período avaliatório.

Responsável: OSCIP

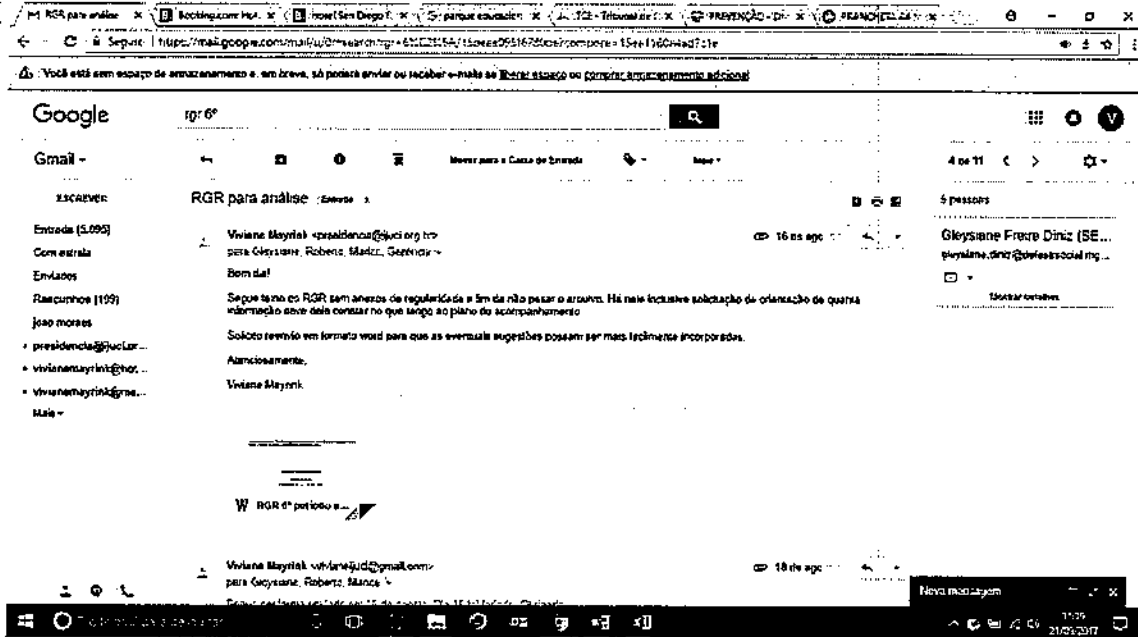
Fonte de comprovação: Cópia digitalizada do ofício de encaminhamento, contendo confirmação de recebimento ou SIGED/Protocolo.

Situação: PARCIALMENTE CUMPRIDA.

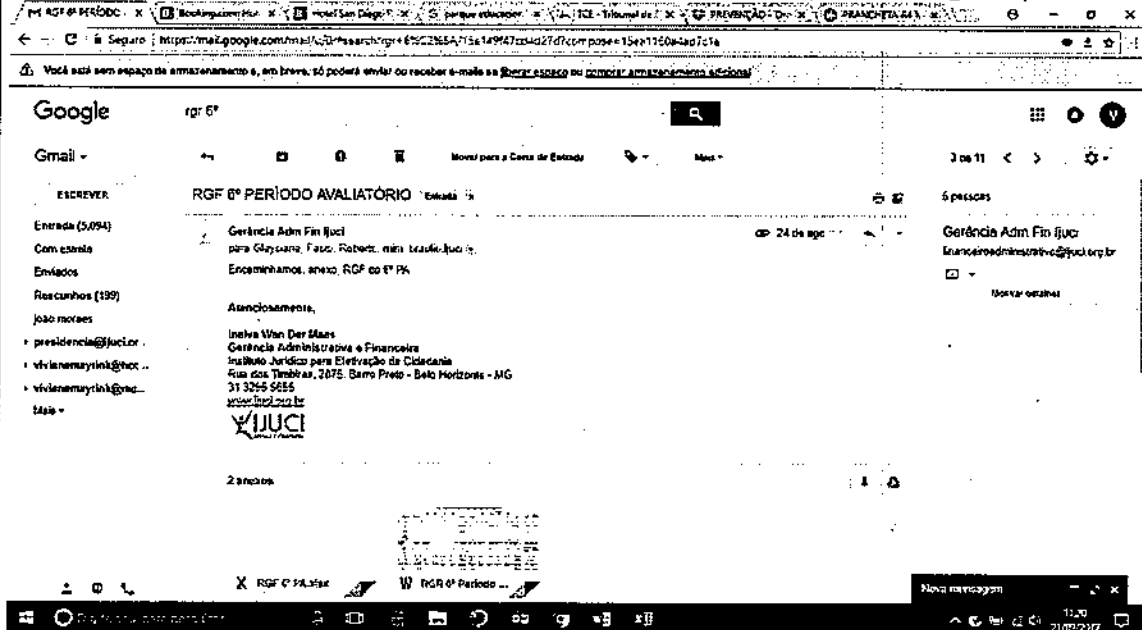
Justificativa:

O RGR foi encaminhado em 16 de agosto, uma vez que o dia 15 de agosto foi considerado dia de ponto facultativo e recesso.

Segue o print da tela de envio com recebimento:



O RGF foi encaminhado em 24 de agosto de 2017, haja vista o grande volume de trabalho decorrente das rescisões trabalhistas e homologações de rescisões que se fizeram especialmente no mês de agosto, acumulada às obrigações inerentes ao encerramento do termo de parceria. Segue o print da tela:



Ação 8: Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente analisados e assinados.

Handwritten signature or mark.

Prazo: Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.

Responsável: OEP

Fonte de comprovação: Cópia digitalizada do ofício de encaminhamento, contendo confirmação de recebimento ou SIGED/Protocolo.

Situação: A SER VERIFICADA NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Justificativa: Não foi possível verificar o cumprimento desta ação, considerando que esta etapa é realizada posteriormente ao fechamento desse Relatório.

Ação 9: Realizar, a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatório(s) conclusivo(s) e apresentando-o(s) aos membros da CA.
Prazo: Até o dia 20 de cada mês previsto no Cronograma de Avaliação para realização da reunião da Comissão de Avaliação.

Responsável: OEP

Fonte de comprovação: Relatórios de Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade, (este se for o caso).

Situação: CUMPRIDA

Justificativa: A checagem amostral periódica ocorreu após o dia 20 do mês de avaliação, ou seja, nos dias 30 de agosto e 5 de setembro considerando a solicitação da OSCIP para organização dos processos justificado pelo grande trabalho referente as rescisões trabalhistas e ao número reduzido de funcionários da área meio da OSCIP, devido ao desligamento dos mesmos. A checagem de efetividade ocorreu em 27 de setembro, sob a justificativa relatada.

Ação 10: Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Termo de Parceria – Reuniões da Comissão de Avaliação – sejam realizadas nos prazos previstos no Termo de Parceria.

Prazo: Cronograma de Avaliação previsto no Termo de Parceria.

Responsável: OEP

Fonte de comprovação: Relatórios da Comissão de Avaliação.

Situação: NÃO CUMPRIDA

Justificativa: Não foi possível realizar a Reunião da Comissão de Avaliação dentro do cronograma considerando o encerramento do Termo de Parceria no dia 31/07/2017 e o grande número de processos a serem analisados referente as rescisões trabalhistas de todos os contratados do Termo de Parceria; o grande volume de processos em geral tendo em vista que este é o último período a ser avaliado e compreende quatro meses de execução (abril a julho/2017); o grande número de lançamentos no Relatório Gerencial Financeiro a serem verificados. Contudo, ressaltamos, não ter havido nenhum prejuízo de repasse financeiro à OSCIP haja vista se tratar do último período avaliatório da parceria. Ademais, não foi possível juntar a fonte de comprovação neste Relatório considerando que essa ação é uma etapa posterior ao fechamento desse Relatório.

Ação 11: Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos do OEP e da OSCIP.

Prazo: Até 15 dias após a assinatura do Relatório da Comissão de Avaliação.

Responsável: OEP e OSCIP

Fonte de comprovação: E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônicos.


Situação: A SER VERIFICADA NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Justificativa: Não foi possível verificar o cumprimento desta ação, considerando que esta etapa é realizada posteriormente ao fechamento desse Relatório.

Ação 12: Disponibilizar os Relatórios da Comissão de Avaliação, devidamente assinados, no sítio eletrônico do OEP ou da Política Pública e da OSCIP.

Prazo: Até 15 dias após a assinatura do documento.

Responsável: OEP e OSCIP



Fonte de comprovação: E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônico.

Situação: A SER VERIFICADA NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Justificativa: Não foi possível verificar o cumprimento desta ação, considerando que esta etapa é realizada posteriormente ao fechamento desse Relatório.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de comprovação prevista conforme quadro constante da página 22 do instrumento do termo aditivo, para cada ação e documento consolidado pelo NCPO/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.

3 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS



3.1 – Detalhamento da realização dos produtos

Não há produtos previstos para este período.



4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se comparado o desempenho da OSCIP nos períodos avaliatórios anteriores, percebe-se claramente a melhoria de seu desempenho, especialmente dos números que envolvem as metas de atendimento dos programas.

Em relação às recomendações efetuadas pela comissão de avaliação, foram elas diligenciadas pela OSCIP.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized initial 'P' followed by a long, sweeping diagonal stroke.A small handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

5 – DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

QUADRO 3 – COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO

Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS e Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUICI

6º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Custos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	Previsto				Realizado				Realizado (%)	Previsto (-) Realizado					
	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16							
1	Entrada de Recursos	Acumulado	01/04/2017	01/05/2017	01/06/2017	01/07/2017	TOTAL	01/07/2017	TOTAL						
			30/04/2017	30/05/2017	30/06/2017	30/07/2017		30/08/2017	30/09/2017						
1.1	Repasses do Termo de Parceria	26.238.223,77	5.826.342,82	-	-	31.764.866,59	-	1.800.000,00	4.726.342,82	-	26.940.002,77	84,91%	4784,553,82		
1.2	Fretada Arrecada	201.000,00	-	-	-	201.000,00	-	-	-	-	-	0,00%	201.000,00		
1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
2.1	Restornos de Admissões Fh.	-	-	-	-	-	-	17.674,00	21.364,89	22.763,84	274.673,38	-	(274.673,38)		
(E)	Total de	26.437.223,77	6.526.342,82	-	-	31.965.866,59	-	19.674,03	4.745.707,00	22.753,54	274.673,38	85,26%	4.710.830,44		
2	Saída de Recursos	Acumulado	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	TOTAL	Acumulado	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	TOTAL	Realizado (%)	Previsto (-) Realizado
2.1	Gastos com Pessoal	8.456.235,36	817.422,11	603.882,78	809.882,78	506.281,02	11.459.702,06	6.877.855,82	762.282,79	763.200,36	591.200,69	24.974,00	8.949.643,80	76,27%	2.490.058,26
2.1e	Sublocação	1.430.828,00	31.284,80	94.284,80	-	-	1.619.097,60	653.318,04	68.745,70	68.745,70	34.232,79	-	741.689,81	45,80%	872.029,29
2.1s	Encargos	6.854.210,50	506.907,73	506.736,32	484.256,33	300.797,82	7.555.937,70	5.325.463,62	578.095,81	673.414,87	420.016,47	93.917,64	7.919.911,41	103,40%	(282.973,79)
2.1a	Benefícios	2.234.952,26	319.630,42	306.033,57	306.103,57	188.969,86	3.252.500,68	2.208.852,20	264.072,26	222.231,72	218.257,73	201.766,29	3.237.020,26	95,56%	151.000,42
Subtotal (Pessoal)		18.015.487,12	1.755.244,76	1.717.007,48	1.600.241,68	996.237,00	24.087.213,01	14.395.929,68	1.795.314,08	1.772.702,65	1.220.760,94	1.218.857,93	21.067.269,28	86,63%	3.219.972,76
2.2	Adquirição de Bens Permanentes	7.310,00	430.121,90	489.821,90	489.821,90	489.821,90	9.267.113,59	3.724.209,80	489.821,90	479.299,62	480.365,76	493.933,96	5.667.416,95	61,82%	3.593.706,70
2.3	Transferências	112,00	-	-	-	-	112,00	87,00	-	-	-	-	87,619,50	78,78%	239,50
2.4	Reserva de Recursos	-	-	-	-	-	-	134.705	12.049,93	7.657,00	61.193,62	-	166.809,43	-	166.809,43
(S)	Total de Saídas	26.437.223,77	2.218.366,26	2.206.829,28	2.090.063,58	1.483.022,60	33.165.566,59	18.939.132,03	2.210.354,72	2.209.199,30	1.717.266,32	1.712.591,99	26.789.101,06	80,05%	6.576.465,53

6 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

6.1 – Certificado de Regularidade do FGTS

03/10/2017 <https://www.sifge.caixa.gov.br/Empresa/Crf/CrfFgeCFSImprimirPapel.asp?VARPessoaMatriz=9809698&VARPessoa=9809698&VARUF=...>

IMPRIMIR VOLTAR


CAIXA CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	
Inscrição:	03893350/0001-12
Razão Social:	IJUCI INSTIT JURID P EFETIVACAO DA CIDAD
Endereço:	R DOS TIMBIRAS 2875 / BARRO PRETO / BELO HORIZONTE / MG / 30140-062
<p>A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.</p>	
<p>O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.</p>	
Validade: 25/09/2017 a 24/10/2017	
Certificação Número: 2017092506231559638290	
Informação obtida em 03/10/2017, às 12:04:44.	
<p>A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br</p>	

<https://www.sifge.caixa.gov.br/Empresa/Crf/CrfFgeCFSImprimirPapel.asp?VARPessoaMatriz=9809698&VARPessoa=9809698&VARUF=MG&VA...> 1/1

6.2 – Certidão de Débitos Tributários

03/10/2017

SEF/MG - SIARE

 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 03/10/2017 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 01/01/2018	
NOME: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA- DUCI		
CNPJ/CPF: 03.893.350/0001-12		
LOGRADOURO: DOS TIMBIRAS	NUMERO: 2875	
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BARRO PRETO CEP: 30140062	
DISTRITO/POVOADO:	MUNICIPIO: BELO HORIZONTE UF: MG	
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</p> <p>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</p> <p>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p> <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p>		
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO FTA	DESCRIÇÃO
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.		
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 201700023227905		




3 – Certidão Negativa de Débitos Federais

28/09/2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUCI
CNPJ: 03.893.350/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 16:35:53 do dia 09/06/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/12/2017.

Código de controle da certidão: 16CA.A7CD.AD91.89FA

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

6.4 – Certidão de Quitação Plena Pessoa Jurídica

28/09/2017

cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.shtml



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

Certidão de Débitos nº: 8.903.578/2017
Emitida em: 28/09/2017 requença às 14:33:20

Número de Controle: ABIIGNGJKL
Validade: 28/10/2017

Nome: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUCI
CNPJ: 03.893.350.0001-12

Ressalvando à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quito com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

CERTIDÃO ORIGINAL - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

A autenticidade desta certidão deve ser verificada em:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Esta Certidão só terá validade quando confirmada a sua autenticidade na Internet no endereço:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUICI
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.893.350/0001-12

Certidão nº: 137772888/2017

Expedição: 28/09/2017, às 14:49:59

Validade: 26/03/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA - IJUICI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.893.350/0001-12, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE


Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: mdc@tst.jus.br

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSCIP

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI) e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Avaliação, por representantes da SESP/SUPEC ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, de _____ de 2017.



Viviane Tompe Souza Mayrink

Presidente da OSCIP IJUCI



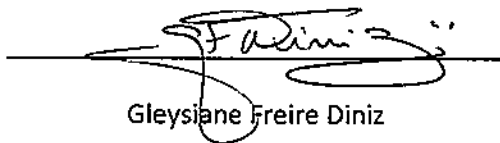
DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR DO TERMO DE PARCERIA

Declaro ter supervisionado as ações realizadas pelo(a) Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI) neste período avaliatório e realizado a conferência:

- Dos dados apresentados neste Relatório Gerencial de Resultados;
- Das fontes de comprovação dos indicadores e produtos.

Diante das informações assim obtidas, ratifico e atesto a fidedignidade das informações contidas neste relatório.

Belo Horizonte, 16 de Out. de 2017.



Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Termo de Parceria

